



**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA KAY RALA XANANA GUSMÃO  
CHEFE DA EQUIPA DE NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO PARA A DELIMITAÇÃO  
DEFINITIVA DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS E REPRESENTANTE ESPECIAL DO  
GOVERNO PARA A ECONOMIA AZUL**

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA ANUAL DO INSTITUTO PORTUGUÊS  
DE DIREITO DO MAR**

**“UNCLOS aos 40: Uma Ordem Internacional do Oceano baseada em  
Regras”**

Sua Excelência Senhor Diego Mesa Puyo, Ministro dos Minerais e Energia da República da Colômbia

Sua Excelência Senhor Francisco André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal

Excelentíssimo Senhor José de Freitas Ferraz, Diretor do Instituto Diplomático do MNE de Portugal

Excelentíssimo Senhor Professor Vasco Becker-Weinberg, Presidente do Instituto Português de Direito do Mar

Excelências  
Senhoras e senhores,

### **O Meu Mar, o Meu Timor!**

Bom dia,

Começo por agradecer a vossa amabilidade por assistirem a este vídeo do Gabinete das Fronteiras Marítimas.

Nada poderia expressar melhor o futuro azul que queremos para o meu país, do que as vozes do meu povo.

O mar tem um valor económico, cultural e espiritual para os timorenses. O mar sustenta-nos; nós sustentamos o mar!

Senhoras e senhores,

Agradeço ao Instituto Português de Direito do Mar, em especial ao Professor Vasco Becker-Weinberg, o convite para participar nesta primeira Conferência Anual.

Espero que seja a primeira de muitas e desejo-vos muita sorte para a promoção da “constituição dos oceanos”. Assegurar uma ordem internacional para o oceano é garantir a paz, a estabilidade e o

desenvolvimento deste vasto e riquíssimo território, órgão vital do nosso planeta.

Aquando da assinatura da UNCLOS em 1982, o mundo não podia imaginar a importância que esta viria a ter na governação da ordem marítima internacional e a sua efetividade ao nível da gestão de conflitos. Volvidos agora 28 anos sobre a sua entrada em vigor, temos condições para refletir sobre o sucesso da UNCLOS.

Poucos teriam imaginado que um timorense – que em 1982 era um guerrilheiro pela liberdade, e, em 1994, um prisioneiro em Jacarta – estaria aqui hoje perante vós a celebrar dois triunfos do sistema internacional: a independência de Timor-Leste que cumpriu este ano o seu 20.º aniversário, e a evolução do Direito do Mar/UNCLOS, que nos tem ajudado a alcançar a nossa última fronteira!

Embora o meu país seja uma pequena nação insular, tem uma grande história para contar. Conseguimos nestes escassos vinte anos construir uma jovem democracia e, apesar de nos encontrarmos ainda numa situação de grande fragilidade, estamos a fazer todos os esforços para entrar numa fase de resiliência.

Estamos a implementar um Plano Estratégico de Desenvolvimento para consolidar uma sociedade segura, tolerante e aberta, que dá os primeiros passos rumo ao desenvolvimento económico.

Somos um país que acredita no Estado de direito e na promessa de uma arquitetura mundial assente em regras que conduza à paz.

E isto nunca foi tão importante como agora, onde a guerra, que é uma constante há décadas em vários pontos do mundo, dura agora há cerca de quatro meses na Europa.

Isto enquanto o mundo recupera de uma pandemia global e enfrenta uma emergência climática que ameaça o futuro de todos. E, no entanto, assistimos a um desaproveitamento de recursos em guerras, em disputas entre grandes poderes, onde pessoas inocentes morrem e os pobres ficam mais pobres.

O fim da guerra e da miséria humana é urgente. Timor-Leste viveu uma guerra recentemente e não consegue ignorar, simplesmente, outros povos que sofrem. Mas Timor-Leste é uma história de esperança.

Após uma prolongada luta de resistência, conseguimos finalmente tornar-nos numa nação independente, também graças a um consenso espantoso da comunidade internacional, que apoiou a realização de um referendo que nos conduziu à independência e apoiou também a construção do nosso país, que se ergueu literalmente das cinzas.

E, no entanto, neste percurso de liberdade, ainda não nos sentíamos verdadeiramente completos e livres, uma vez que não possuíamos fronteiras marítimas definitivas com nenhum dos nossos dois vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

Não podíamos, portanto, reclamar os nossos mares e os recursos que nos pertencem segundo o direito internacional. Não podíamos garantir o nosso próprio futuro.

Esta situação veio a alterar-se recentemente. Esta mudança mostra o que é possível através da arquitetura internacional.

Após anos de repetidas tentativas e fracassos, durante os quais não conseguimos encetar negociações sobre fronteiras marítimas com a Austrália, virámo-nos para o mecanismo de conciliação obrigatória da UNCLOS.

Este foi o último recurso que nos restava. Um processo desenhado para situações como a nossa, em que um vizinho se recusa a negociar bilateralmente as fronteiras e se retira dos mecanismos de resolução vinculativa da UNCLOS.

A conciliação obrigatória nunca antes tinha sido usada. E apesar de não termos garantias de sucesso, arriscámos. Isto porque o sistema internacional já nos tinha servido bem no passado.

Em 18 meses chegámos a um acordo com a Austrália e assinámos, em março de 2018, um Tratado de Fronteira Marítima, na sede das Nações Unidas, testemunhado pelo Secretário-Geral António Guterres.

Foi uma luta difícil – uma luta de inquestionável importância política e económica para o nosso país. Felizmente, vingou a substância do direito do mar, um *package deal*, com equilíbrio pelos interesses de ambos os Estados, onde o poderio e a dimensão das nações não desequilibram os pratos da balança da justiça.

Neste momento, estamos em discussões com a Indonésia também para o estabelecimento de fronteiras marítimas, de acordo com o direito internacional, em particular a UNCLOS.

A assinatura de tratados sobre fronteiras marítimas permite clarificar os direitos e as responsabilidades de Timor-Leste e dos países vizinhos relativamente aos recursos e às atividades dentro dos nossos respetivos territórios soberanos.

E, no entanto, existem cerca de 400 disputas sobre fronteiras marítimas pendentes em todo o mundo. A resolução pacífica de disputas marítimas é uma das questões mais urgentes deste século, pois “espaços sem governo” trazem incertezas para a paz e segurança marítimas e prejudicam a proteção do nosso oceano.

Mas a ordem jurídica aplicada ao oceano, não se pode esgotar aqui. Há uma ampla abrangência de matérias relevantes.

Por exemplo, a pesca ilegal tem consequências gravíssimas para a perda de biodiversidade e resiliência do nosso planeta. A emergência climática e a subida do nível das águas são desafios que devem ser considerados por todos, e não apenas por aqueles países mais vulneráveis, que já sentem o impacto desta tragédia.

Isto inclui Pequenas Estados Insulares em Desenvolvimento que estão a desaparecer no mar, tais como o Kiribati e Tuvalu.

Também a segurança marítima e a questão dos refugiados são temas a que nenhum ser humano pode ficar indiferente. Ignorar o sofrimento daqueles que padecem no mar é, no mínimo, imoral.

Excelências

Senhoras e senhores,

Timor-Leste, tanto no passado como agora, acompanha os desafios do nosso tempo e quer ser parte ativa de um mundo mais justo que proteja as pessoas e o planeta.

Sabemos que sem azul, não há verde!

E por isso estamos a dar os primeiros passos no desenvolvimento da Economia Azul de Timor-Leste.

Queremos sustentar o nosso crescimento social e económico, ao mesmo tempo que protegemos o equilíbrio ambiental e ecológico do oceano.

Timor-Leste está situado no centro da Região do Triângulo do Coral – considerada a região com a maior biodiversidade marinha e uma prioridade global para a conservação.

Aliás, o nosso mar tem uma área com a maior biodiversidade do mundo inteiro.

Bem... Eu pensava que Timor-Leste era muito especial em termos de riqueza marítima, mas depois de ouvir o discurso da Colômbia, ontem na Conferência das Nações Unidas, apercebo-me agora que talvez não sejamos assim tão únicos.

Temos também uma das maiores concentrações de cetáceos do planeta, e corredores de migração de baleias, incluindo a incrível baleia azul, a baleia jubarte, o cachalote e golfinhos.

Isto já para não falar das águas quentes e da beleza marinha e costeira do nosso país, tudo fatores que podem exponenciar o desenvolvimento turístico sustentável.

Por outro lado, dependemos da pesca para a nossa sobrevivência. Não temos sobrepesca, mas temos o desafio da pesca ilegal por frotas estrangeiras com enorme prejuízo financeiro e ambiental.

Temos ainda oportunidades importantes em termos de aquicultura, transportes marítimos, infraestruturas marítimas e instalações portuárias. E temos, também, o “elefante na sala” – o potencial de exploração de recursos minerais energéticos, numa altura em que a resposta internacional é a de transição energética.

Num país como o nosso, onde cerca de 60% da nossa população tem menos de 25 anos, desenvolver a economia do mar é mais do que um desígnio de crescimento e diversificação económica, é uma questão de estabilidade nacional, mas também regional e até global.

Sabemos, senhoras e senhores, que o oceano é vital para a nossa sobrevivência. E que a governação do oceano coloca algumas das questões mais prementes deste século. Uma governação efetiva do oceano através do direito do mar é essencial para a proteção do nosso futuro e para a paz e segurança globais.

Estamos prontos para contribuir para a concretização do ODS 14 e apelamos para a conservação e uso sustentável dos recursos oceânicos através do direito internacional. Queremos juntar a nossa voz a todos aqueles que querem “*Salvar os Oceanos, Proteger o Futuro*”.

E queremos fazer parte desta nova Era com ações concretas que contribuam para um oceano mais saudável.

Isto incluirá o alargamento das nossas áreas marinhas protegidas, a conservação dos nossos recifes de coral, a proteção dos nossos mangais, a provisão de pescas sustentáveis e a criação de um Centro de Educação Marinha para que os nossos jovens sejam uma Geração Azul.

Somos um país jovem e com a energia e determinação da juventude para que a nossa soberania conquistada com tanto sacrifício, seja uma soberania azul.

E a boa notícia é que somos um “blank slate” – ou um “blue slate” – neste preciso momento, veio-me à ideia o sonho da Dircia, que espero que todos tenham percebido no vídeo. A Dircia, ao saber da realização desta Conferência dos Oceanos, como todos podemos imaginar, está mais desejosa que nunca de tirar o curso de biologia marinha.

Eu quero acreditar que possa surgir alguma instituição que queira apostar na formação da Dircia, e com certeza de outros jovens timorenses, o que irá garantir que Timor-Leste venha, com conhecimento e convicção, a implementar a Economia Azul a partir do zero!

A UNCLOS já percorreu um caminho longo, o dobro da vida de Timor-Leste. Mas, tal como o meu país, tem muito por onde crescer, diversificar e consolidar.

Timor-Leste irá continuar a ser um acérrimo defensor do sistema baseado em regras e, muito particularmente, da UNCLOS.

Obrigado a todos vós e obrigado ao IPDM por me terem aqui hoje.

Kay Rala Xanana Gusmão